

Márcia Santos Duarte de Oliveira

ANÁLISE SINTÁTICA DO
PORTUGUÊS FALADO NO BRASIL

(vol. 1)



EDITORA MULTIFOCO

Rio de Janeiro, 2010

Análise do sintagma nominal e do sintagma determinante: As orações com função [+N]

1. A CATEGORIA 'NOME'

Neste livro, nossa ênfase recai sobre a predicação – ver capítulos 3 e 4 –, e neste capítulo, especificamente, tratamos sobre o *nome*, a categoria que se organiza como argumento de predicadores¹. O termo *nome* é usado neste capítulo, e em todos os outros, no seu sentido tradicional, abrangendo a classe denominada pelos gramáticos de *substantivo*.

São três as categorias funcionais atestadas, morfologicamente, nas palavras [+N] – *nomes/ pronomes* – em nossa língua:

- em nomes e pronomes (1) *gênero*, (2) *número*
- em pronomes pessoais (3) *caso morfológico*

Abaixo, exemplificam-se as categorias *gênero* e *número*, marcadas a partir do núcleo da projeção do sintagma *menino*:

- (1) a. [_{SD} [_{SN} O menino bonito]]
b. [_{SD} [_{SN} Os meninos bonitos]]
c. [_{SD} [_{SN} A menina bonita]]
d. [_{SD} [_{SN} As meninas bonitas]]

Tomando, em (1a), *menino* como a forma *default*, observam-se as raízes mais os afixos *menino(s)/a(s)* que referem-se às categorias funcionais *gênero* e *número*.

1. Os *nomes*, como argumentos, podem ser inseridos na predicação por meio de *preposições*. No entanto, a categoria *preposição* está fora do escopo deste capítulo.

Neste capítulo consideraremos a ocorrência sintática dos sintagmas nominais – SNs –, atentando para outras categorias que entram na composição deste sintagma como se vê acima por meio das palavras chamadas de: determinante (SD) e adjetivo (SAdj). As categorias SD e SAdj manifestam o fenômeno de concordância de *gênero* e *número* com o núcleo *nome*, como se vêem nos exemplos (1) por meio das palavras *o(s)/a(s)* (SD) e *bonito(s)/a(s)* (SAdj). O ‘quantificador’ (SQ) também atesta concordância de gênero e número com o nome – ver subseção (2.1.2.).

Antes de prosseguirmos, queremos esclarecer que, nas predicções em português, dois tipos de ‘concordância’ são atestadas: a concordância nominal e a verbal. A concordância nominal, exemplificada em (1) é chamada de *Concord* (*Conc*) pela literatura em língua inglesa; já a concordância verbal, que trataremos brevemente em (1.2.), é chamada, pela literatura em língua inglesa, de *Agreement* (*Agr*).

A seguir, apresentamos duas grandes características que os *nomes* apresentam em sua relação com o elemento predicador em uma dada sentença: *caso* e *concordância* – *Agreement* (*Agr*).

1.1. Caso Morfológico

Uma categoria gramatical importante atrelada a *nomes* nas línguas é o *caso morfológico*². Em línguas que marcam *caso morfológico*, os nomes carregam as relações gramaticais/semânticas, que os ligam à predicação, explicitamente marcadas em sua morfologia. *Quechua*, *alemão*, *russo*, *latim*, *basco*, *finlandês*, *turco*, *bikol* são alguns exemplos de línguas que exibem um elaborado sistema de *caso*.

Línguas casuais podem atestar cerca de três a seis formas distintas (algumas vezes uma dúzia ou mais); trata-se de um interessante fenômeno de flexão nos *nomes* dessas línguas. Veja o exemplo abaixo em *bikol* (Filipinas)³:

(2) nag-taó	‘ang-laláke	ning-libro	sa-babáye
ACT- dar	Nom-homem	Ac-livro	Dat-mulher ⁴

“O homem deu um livro para a mulher”

2. No capítulo 3, subseção (2.2.1.), introduzimos a noção de *caso morfológico* com um exemplo da língua quechua – ver dado (8) naquele capítulo.

3. Givón (1984, p. 62); as glosas e a tradução livre do dado foram versificadas para o português.

4. Abreviaturas: *Ac* – caso acusativo (nome com função de objeto direto); *Nom* – caso nominativo (nome com função de sujeito); *Dat* – caso dativo (nome com função de objeto indireto). ACT (?) (não informado pelo autor).

Em (2), observam-se a marcação de caso morfológico em bikol: (i) nominativo – ‘**ang-**’; (ii) acusativo – **ning-**; (iii) dativo – **sa-**. O caso nessa língua é lexicalizado por meio de prefixos atados à raiz de nomes.

A marcação de caso morfológico não se dá nos *nomes* em português, mas os pronomes pessoais exibem o fenômeno, como se vê em:

- (3) a. Eu fui ao Rio no mês passado
b. Meu irmão me levou à Rodoviária Novo Rio
c. Tia Aurea entregou as encomendas para mim

Em (3), o pronome pessoal 1S (1ª. pessoa do singular) manifesta os casos nominativo (sujeito) *eu* (3a), acusativo (objeto direto) *me* (3b) e dativo (objeto indireto) *mim* (3c).

A marcação de caso morfológico no sistema pronominal do português pode ser explicada como um ‘resquício do sistema casual’ do latim⁵. No entanto, um dos fatos importantes a ser dito sobre o português falado no Brasil (PB) é que a marcação de caso pronominal está em franco processo de desaparecimento. As marcações de caso no sistema de pronomes pessoais em PB vêm sendo substituídas pelas formas ‘default nominativas’⁶. Veja os exemplos a seguir:

- (4) a. _ Você visitou seu irmão Marcelo no Rio?
a’ _ Sim visitei \emptyset / _ Sim, eu visitei **ele** (PB)
b. _ Sim, visitei-o (PE)
b’ _ Sim, eu o visitei (PB)

Em (4), percebe-se que o SN *Marcelo* ocorre como objeto direto da sentença. No português falado no Brasil – PB – ao se substituir um nome ‘objeto direto’ (como *Marcelo*) por um pronome, atesta-se a marcação de *caso default nominativo* como se vê em

5. O latim antigo e clássico atestava um rico sistema de caso morfológico: *nominativo, acusativo, dativo, vocativo, ablativo, genitivo* – ver Melasso (2008). Nas *línguas românicas/latinas* – um grupo de idiomas provenientes da evolução do latim (especificamente do latim vulgar, falado pelas classes populares) – a marcação de caso morfológico deixou de ocorrer nos nomes, mas permaneceu no sistema pronominal.

6. A expressão *default nominativa (caso default nominativo)* refere-se ao fato de que o caso nominativo, nas predicções em PB, tem sido o caso marcado nos pronomes pessoais, que vêm omitindo sistematicamente as outras marcações casuais como ‘acusativo’ e ‘dativo’. Exemplos do PB popular são: (i) “Martinha vai ajudar **ele**, tá?” (ao invés de “*Martinha vai ajudá-lo*”); (ii) “*Não judia d’eu*” (ao invés de “*Não judia de mim*”).

(4a'): **ele**. O falante brasileiro mais escolarizado, a fim de evitar a marca de nominativo *ele*, ainda bem estigmatizada (como exemplificado em (4a')), opta por apresentar um objeto nulo, representado por \emptyset . O pronome pessoal objeto com marcação de caso acusativo – como exemplificado em (4b) *visitei-o* – é parte da gramática do português europeu (PE), mas não da do brasileiro. Em PB, pronomes pessoais com marcação do tipo acusativa são atestados na modalidade da língua escrita; na língua falada, o caso acusativo é atestado entre falantes em uma enunciação extremamente formal, como se exemplifica em (4b'). No entanto, neste caso, ainda, é preciso atentar para a posição do clítico, que em PB, é preferencialmente proclítica – compare os dados (4b) e (4b').

Como já apontado nos capítulos 3 e 4 deste livro, advoga-se, em teoria da sintaxe, que todas as línguas marcam a categoria *Caso* a NPs inseridos em uma dada predicação. Logo, tanto línguas com *morfologia explícita de caso*, como línguas com *caso morfológico do tipo nulo* atestam Caso (abstrato)⁷.

A seguir, tratamos resumidamente de uma relação importante entre *nomes argumentos* do tipo 'sujeito' com o predador verbal: a relação *Agreement (Agr)* – concordância verbal.

1.2. 'Agreement' (Concordância verbal)

Chamamos de *Agreement (Agr)* uma marca morfológica expressa no verbo, manifestando concordância com um dos nomes/pronomes argumentos da predicação.

Em português, o verbo manifesta o fenômeno *Agreement (Agr)* com o argumento que ocupa a posição de sujeito da sentença; esse nome pode ser fonologicamente preenchido ou não.

Sobre a definição de sujeito que tomamos neste livro e ainda sobre o "Parâmetro do Sujeito Nulo" ver subseções (2.21.1.) e (2.2.1.1.1.), respectivamente, no capítulo 3.

Sobre a projeção de *Agreement (Agr)* na sentença, ver "O Sintagma Flexional" em (2.2.) no capítulo 3.

2. X-BARRA E OS SINTAGMAS NOMINAL E DETERMINANTE

Como vimos no capítulo 2, as categorias lexicais são definidas pela combinação de apenas dois traços distintivos: [+N] e [+V]. O *nome* (e o *pronome*) é a classe de palavra que carrega o traço [+N] por excelência; neste capítulo, além do sintagma nominal –

7. Ver subseções (2.2.1.) (2.2.2.) e (2.2.3.) no capítulo 3

projeção máxima de um nome, abordamos também uma outra categoria de natureza funcional que tem dominância sobre o SN: o sintagma determinante – SD.

2.1. O Sintagma Nominal

Ao iniciarmos nossas considerações sobre o sintagma nominal – SN/ NP –, vamos defini-lo por meio de suas propriedades de ocorrência sintática, ou seja, por meio de sua distribucionalidade.

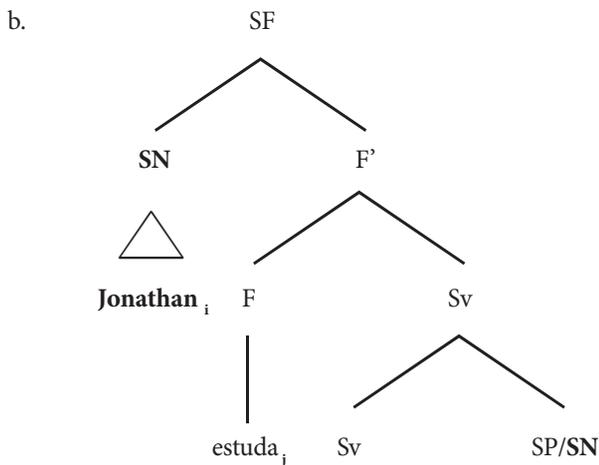
Chamamos de SN um sintagma cujo núcleo é uma categoria *nome* – substantivo ou pronome – que ocorre nas seguintes posições sintáticas:

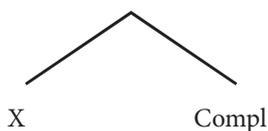
(5)

1. argumento externo do verbo;
2. sujeito da sentença;
3. argumento interno do verbo;
4. objeto da sentença;
5. elemento regido por preposição;
6. elemento predicador em uma predicação sem verbo.

Na estrutura abaixo, exemplificam-se as posições (1-5) do SN apresentadas acima:

(6) a. Jonathan estuda Economia na Universidade de Brasília

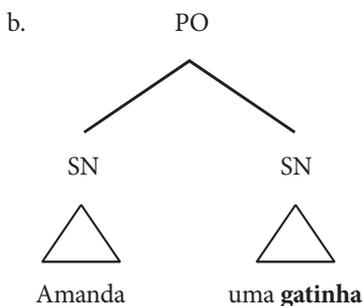




No entanto, em (6b), por questões de simplificação, por hora, apresentamos os SNs por meio de triangulações.

A seguir, exemplificamos o *nome* como núcleo de uma predicação – posição 6 apontada em (5):

(8) a. Amanda é uma gatinha



No capítulo 4, subseção (1.2.3.1.1.), vimos que *nomes* com a função de núcleos de uma predicação (PO) – como *gatinha* em (7) – ocorrem em sentenças com verbos copulativos – intransitivos inacusativos. No entanto, na PO, nomes como *uma gatinha* (8b) são os predicados de uma predicação que se dá sem verbo.

2.1.1. Sintagmas Nominais com Núcleos Pronominais Clíticos

Em (1.1.) apresentamos o *caso morfológico* em português, marcado no sistema de pronomes pessoais da língua. Veja, abaixo, exemplos dos *casos nominativo*, *acusativo* (objetivo) e *dativo* (obliquo) por meio do pronome pessoal 1S:

- (9) a. Eu fui ao Rio no mês passado
- b. Meu irmão me levou à Rodoviária
- c. Helena entregou as encomendas para mim

Lobato (1986: 450) apresenta o que chama de “*indícios de caso no repertório dos pronomes (manifestos)*” como se vê abaixo em⁸:

(10)⁹ **Indícios de caso morfológico no repertório dos pronomes (manifestos) em português**

PESSOA / NÚMERO	CASO NOMINATIVO	CASO OBJETIVO	CASO OBLÍQUO
1S	eu	me	mim
1P	nós	nos	-
2S	tu	te	ti
2S	você	você	lhe
3S	ele/ela	o, a	lhe
3P	eles/elas	os, as	lhes

Em (11)-(13), apresentamos exemplo da tabela em (10) por meio da categoria pronominal pessoal 3P:

Caso morfológico 3P: **eles/ os/ lhes**

(11) *Caso Nominativo: 3P ‘eles’*

- a. [_{SN} Cecília e Jair] enviaram os livros aos amigos
- b. [_{SN} **Eles**] enviaram os livros aos amigos

(12) *Caso Acusativo (Objetivo): 3P ‘os’*

- a. Cecília e Jair enviaram [_{SD} os [_{SN} livros]] aos amigos
- b. Cecília e Jair enviram-**nos**¹⁰ aos amigos

(13) *Caso Dativo (Oblíquo): 3P ‘lhes’*

- a. Cecília e Jair enviaram os livros [_{SP} a [_{SD} **os** [_{SN} amigos]]]
- b. Cecília e Jair enviaram-**lhes** os livros¹¹

8. Diferentemente de Lobato (op. cit.), neste livro, o *caso morfológico* é escrito com letra minúscula. Reservaremos as letras maiúsculas para *Caso* quando nos referirmos ao *Caso abstrato*.

9. O ‘desenho’ da tabela e a disposição das colunas é uma readaptação do que se vê em Lobato (op. cit.).

10. Observe que o pronome acusativo é **os** e não **nos**. A forma **nos** é resultante da aplicação de uma regra ortográfica que obriga a inserção no fonema /n/ ao pronome acusativo **o** devido a sua proximidade com a consoante **m** que marca, na ortografia, a nasalidade da vogal /ã/.

11. Expressões como estas são hoje raras no português falado em muitas regiões brasileiras que apontam um decréscimo ou mesmo um não uso do *lhe* dativo. Sentenças como (13b) são então substituídas pela expressão

Chamamos a atenção do leitor para um fato importante: formas clíticas ‘objetivas’ de 1^a/2^a. pessoas *me/te/nos* marcam outras funções sintáticas além da marcação de objeto direto (clítico objetivo).

Veja o exemplo abaixo:

(14)a. Ela **me/te** viu – (*caso objetivo/ acusativo*)

Em (14), *me/te*, 1^a./2^a. pessoas/ caso objetivo, marcam os pronomes em posição de objeto. No entanto em:

(15) Ela **me/te** deu o livro – (*forma objetiva/acusativa marcando caso dativo*)

As formas *me/te* marcam pronomes que funcionam como dativo, mas que por razões morfossintáticas são explicitados na sentença pela marca morfofonológica ‘objetivo’. Em outras palavras, mesmo exibindo a marca de clítico objetivo, os pronomes *me/te* em (15) não podem ser analisados como objeto direto da sentença, mas sim como objeto indireto.

Veja ainda outro exemplo de uma forma clítica nomeada como ‘clítico objetivo’ – *me* – sendo inserida em uma sentença sem objeto direto:

(16) Eu **me** acordei cedo¹²

Em (16), o clítico é parte da realização morfológica do verbo *acordar* e não complemento (objeto) deste verbo.

Observe, na citação abaixo, a observação de Freire (2005) que ratifica o que apontamos acima acerca das formas pronominais clíticas de primeira e de segunda pessoas:

*Quanto às formas pronominais átonas, no português padrão estabeleceu-se uma distinção entre a terceira pessoa e as demais. Na primeira e na segunda pessoas, os clíticos **me, te, nos** e **vos** desempenham as funções acusativa, dativa e reflexiva, enquanto há uma especialização na terceira pessoa: **o** e flexões para a função acusativa; **lhe** e flexão para a função dativa; **se** para a função reflexiva. Vejam-se os exemplos:*

similar: “*Cecília e Jair enviaram os livros para eles*”.

12. *Acordar* como verbo pronominal – *se acordar* – é parte da sintaxe de falantes do norte do Brasil. Ex.: falantes do Pará.

(35) *A moça não me cumprimentou*
A moça não te cumprimentou = FUNÇÃO ACUSATIVA
A moça não nos cumprimentou
A moça não vos cumprimentou

(36) *Ninguém me emprestou o livro*
Ninguém te emprestou o livro
Ninguém nos emprestou o livro = FUNÇÃO DATIVA
Ninguém vos emprestou o livro
Ninguém lhe emprestou o livro

(37) *Eu me feri com a ferramenta*
Tu te feriste com a ferramenta
Nós nos ferimos com a ferramenta = FUNÇÃO REFLEXIVA
Vós vos feristes com a ferramenta
Ele se feriu com a ferramenta

Freire (2005: 19)

Na citação acima, enfatiza-se o português ‘padrão’ escrito, o que se vê pela inserção da forma *vos*, já não mais atestada nem mesmo no português europeu.

Há ainda que se dizer que o português brasileiro vem atestando a não marcação do caso objetivo, que se vê no quadro em (10). Observe os exemplos (12a-b), renumerados abaixo, seguidos dos exemplos (c/c’):

- (17) *Caso Acusativo (Objetivo): 3P ‘os’*
- Cecília e Jair enviaram [_{SD} os [_{SN} livros]] aos amigos
 - Cecília e Jair enviram-**nos** aos amigos
 - Cecília e Jair enviaram \emptyset aos amigos
 - Cecília e Jair enviaram **eles** aos amigos

Em (17b), o clítico *nos* é um exemplo típico da modalidade escrita; quando visto na fala, é exemplo de uma fala culta ou extremamente policiada (ex.: professores universitários, jornalistas). Como já apontado na nota 6, a forma nominativa tem sido a forma

default no português falado no Brasil que vem marcando esse caso nas aparições dos pronomes pessoais como se vê em (17c'). No entanto, uma recorrência grande em português do Brasil é o objeto nulo, como se vê em (17c). Uma das hipóteses de explicação do atestado número de ocorrências de casos de objeto nulo no português brasileiro é que os falantes que evitam o clítico objetivo, evitam também a sua substituição pela forma *default* nominativa, como (17c'), ainda muito estigmatizada na língua.

Sobre a forma *default* nominativa para casos de pronomes em posição de objeto – ver (17c') – Mattoso Câmara (1972) aborda o emprego do pronome *ele* (e suas variantes de feminino e plural) como um acusativo do PB. Embora o autor (op. cit.) afirme que esse uso consiste em um dos traços mais característicos de nossa língua, posiciona-se contrário a esse uso. Para Mattoso Câmara, trata-se de um “erro” visto na linguagem literária brasileira para a caracterização da “língua do povo”, mas que consiste em um traço que se manifesta na linguagem oral em todos os níveis sociais. Convém ressaltar que este texto de Mattoso foi escrito em meados da década de 1950, quando não havia, no Brasil, muitos estudos linguísticos sobre o PB, principalmente sobre a questão do uso.

Ratificamos que, um fato importante atestado em PB no tocante ao marcador objetivo, mesmo na fala dos cultos, é a perda dos clíticos acusativos de terceira pessoa:

[...] Esse processo deu origem a uma extensão dos contextos em que o objeto nulo é aceito em português brasileiro quando comparado ao português europeu, (cf. Raposo, 1986), bem como ao aparecimento de pronomes tônicos na posição de objeto direto, construção agramatical em português europeu.

Como os estudos variacionistas [...] têm evidenciado, os clíticos acusativos de terceira pessoa não fazem parte do vernáculo [...] do português brasileiro. Ao contrário, o uso dessas formas está associado a aprendizado escolar, revela grau de instrução elevado e é identificado com língua escrita e estilo formal.

Nunes (2007: 207)

Sobre “Objeto Nulo e Clíticos”, ver sugestão de leituras em *leituras complementares* – capítulo 5 – ao final deste livro.

Atente, a seguir, para o dado (13a-b), renumerado, com inserção da sentença (13c):

(18) *Caso Dativo (Oblíquo)*): 3P ‘lhes’

- a. Cecília e Jair enviaram os livros [SP a [SD os [SN amigos]]]
- b. Cecília e Jair enviaram **-lhes** os livros¹³
- c. Cecília e Jair enviaram os livros **para os amigos**

Como já apontado na nota 13, expressões como (18b), com a expressão do clítico dativo *lhe* são hoje raras no português falado em muitas regiões brasileiras. O brasileiro opta pela expressão preposicionada do dativo como se vê em (18c). Sobre a expressão do dativo em PB, voltaremos ao assunto no capítulo 6.

Dados como os que se vêem em (14) e (15) exemplificam o fenômeno de marcação de *caso morfológico* no sistema pronominal do português, caso típico das línguas românicas, que por conta deste fenômeno exibem um aspecto sintático conhecido como “clitização pronominal”.

2.1.1.1. Clitização Pronominal no Português e nas Línguas Românicas

As gramáticas normativas apresentam os clíticos como “pronomes oblíquos”/ “pronomes átonos” – cf. Bechara (2006, p. 173-181).

Vejamus uma definição linguística para a categoria pronominal ‘clíticos’ – Trask (1993)¹⁴:

Um item que exibe comportamento intermediário entre aquele de uma palavra e aquele de um afixo. Tipicamente, um clítico tem a forma fonológica de uma palavra separada, mas não pode receber acento e é obrigado a ocupar uma posição particular na sentença em que está fonologicamente atado a uma palavra adjacente a ele. Esta palavra recebe o nome de palavra hóspede. [...] Clíticos são, algumas vezes, divididos em proclíticos, que são atados a um hóspede que o segue [...], e em enclíticos, que são atados a um hóspede que o precede.

A definição acima nos permite relembrar um tópico de nossas gramáticas chamado “colocação dos pronomes oblíquos átonos”/ “topologia pronominal”.

Quanto à topologia pronominal, nossas gramáticas falam de *próclise*, de *ênclise* e ainda de *mesóclise*. Vejamus definições e exemplos a seguir retiradas de Nicola & Infante (1999)¹⁵:

13. Expressões como estas são hoje raras no português falado em muitas regiões brasileiras que apontam um decréscimo ou mesmo um não uso do *lhe* dativo. Sentenças como (13b) são então substituídas pela expressão similar: “Cecília e Jair enviaram os livros para eles”.

14. Trask (1993: 46-47); traduzido.

15. Nicola & Infante (1999: 206-207); exemplos (a), (b), (c), renumerados.

[(19)] **Ênclise** – Ocorre quando o pronome átono está colocado depois do verbo que complementa. É, no português europeu, a colocação mais normal, como nos exemplos:

- a. Disseram-**me** a verdade
- b. Conheci-**os** há pouco
- c. A rapariga sentou-**se** à mesa

[(20)] **Próclise** – Ocorre quando o pronome átono está colocado antes do verbo que complementa. É a tendência do português brasileiro.

- a. Não **nos** disseram a verdade
- b. A moça **se** penteou
- c. Eu **te** prometo sinceridade absoluta

[(21)] **Mesóclise** – Ocorre com as formas verbais do futuro do presente e do futuro do pretérito, em que o pronome surge no interior do verbo:

- a. Dir-**se**-ia que tal construção é desusada no Brasil
- b. Contar-**me**-ão a verdade quando chegar lá

Pela definição e exemplos de *mesóclise* oferecidos em (21), na citação acima, chamamos a atenção para os seguintes aspectos:

(i) o fenômeno descrito como *mesóclise* não é previsto linguisticamente. Em outras palavras, as descrições de línguas do mundo não atestam *clíticos* que aparecem em uma posição que divide a raiz de sua flexão em uma *palavra hóspede*, como apontado em (21a-b);

(ii) a colocação *mesoclítica* descrita em nossas gramáticas é clara ao enfatizar que pronomes clíticos em português só ocorrem atados a formas verbais no futuro do presente e do pretérito o que nos suscita a seguinte pergunta: “por que a posição mesoclítica só é atestada nestes tempos verbais”?

Embora a *mesóclise* esteja fora da gramática falada dos brasileiros, ela é ainda bem atestada na modalidade da língua escrita dos brasileiros. Nosso objetivo, portanto, é apontar para argumentações linguísticas claras que evidenciam que a posição *mesoclíti-*

ca do pronome átono em português não é um caso de colocação de pronome clítico no “interior do verbo” – pois como já apresentado, clíticos não têm a característica de se interporem entre a raiz/radical de uma palavra e seu(s) afixo(s).

Observe, a seguir, a forma:

(22) *Amar-te-ei*

Em (22) temos claramente três morfemas: (i) *amar*, (ii) *te*, (iii) *-ei*. O morfema *-ei* é um “sufixo baú” que carrega as marcas de TEMPO, ASPECTO, MODO, PESSOA e NÚMERO do verbo *amar* (a raiz da palavra *amarei*); *te* é o pronome clítico acusativo (objetivo) – ver (10). O pronome clítico em português só ocorre nesta posição “medial” – entre a raiz do verbo e sua flexão – quando a flexão do verbo expressa *tempo futuro*. Este fato pode ser explicado por um processo de mudança linguística, descrito por Chagas (2002: 159):

O verbo haver também se gramaticalizou na formação do futuro do indicativo na România ocidental, o que abrange a Itália, a França e a Península Ibérica. Em vez da forma latina amábó do futuro do indicativo (“amarei”), gradativamente ganhou espaço nas línguas românicas uma locução formada do verbo habeo e do infinitivo do verbo principal. Surge então a forma amare habeo. Inicialmente tínhamos aí duas palavras, mas com o passar do tempo elas se transformaram em uma única palavra. Isso é o que ocorreu plenamente no francês, no espanhol e no italiano, em que os dois elementos se soldaram de forma indissolúvel, produzindo, respectivamente, amerai, amare e ameró.

A partir da informação acima de que o *tempo futuro* em línguas românicas, historicamente, foi marcado por uma perífrase verbal (*verbo principal + haver flexionado no futuro*), vejamos um possível estágio do processo de marcação do tempo futuro em português por meio da expressão verbal vista em (22) – *amar-te-ei* – renumerada em:

- (23) a. *Amar-te-ei*
b. *Amar-te* *haverei*
b'. *Amar-te-ei*

O objetivo, em (23) é atestar que, o que chamaríamos de *mesóclise* do clítico *te* em (23a) seria, historicamente, uma forma *enclítica*, atada ao verbo principal *amar*.

O verbo *haver* (auxiliar) carrega, neste momento da história das línguas românicas, as marcas de flexão do tempo futuro da perífrase verbal, como se vê em (23b). Um dos processos da mudança linguística foi a perda de material morfofonológico na palavra *haverei* como se vê em (23b’).

Chagas (2002), ao descrever o processo de mudança linguística na marcação de futuro das línguas românicas ocidentais, o faz por meio da abordagem teórica conhecida como “gramaticalização”. Segundo esta teoria, a mudança linguística pode ser explicada por uma gradação em que temos palavras independentes em um extremo da linha de um determinado tempo e morfemas flexionais em um outro extremo. Abaixo, em (24), um exemplo de gradação da mudança apontada em (23b)-(23b’), renumerados em:

- (24) a. Amar-**te** *haverei*
a’. Amar-**te**-*ei*

(25) gradação (>) de gramaticalidade do futuro em português¹⁶:

- elemento com conteúdo *haver* >
- palavra gramatical *haver* >
- clítico **ei*¹⁷
- afixo flexional *-ei*

Em português, atestam-se duas formas de expressão do tempo futuro (na língua falada); essas formas coocorrem em variedades diferentes:

- (26) a. português europeu (PE): *Amar-**te**-ia*
b. português brasileiro (PB): *eu vou **te** amar/ eu **te** amarei*

Em PE, a terminação **-ia** (26a) pode ser separada da raiz verbal por meio do clítico **te** “[...] o que indica que lá esse processo de “soldagem” dos dois elementos ainda não está terminado [...]”Chagas (2002, p. 159).

Em PB:

16. A “gradação” expressa em (25) é uma ‘construção’ da autora deste livro.

17. O asterisco antes da forma **ei* visa a indicar que tal palavra é uma proposta de reconstrução histórica. Esta é uma prática de linguistas da *linguística histórica*.

[...] *Esse tipo de futuro tem uso muito restrito no vernáculo e praticamente já foi substituído pela forma perifrástica com o verbo ir como auxiliar, ou seja, formas como vou viajar são muito mais comuns do que viajarei.*

Chagas (2002: 159)

Sobre *gramaticalização*, ver sugestão de leitura em *leituras complementares* – capítulo 5 – ao final deste livro.

2.1.1.2. Sintagmas Nominais Clíticos e X-Barra

A cliticização pronominal das línguas românicas apresenta uma mudança morfosintática significativa na expressão do sintagma nominal – SN. Veja o exemplo abaixo de Miotto et al. (2004)¹⁸:

(27) A Maria **me**_i encontrou **t**_i ontem

Em (27), o índice subscripto (**i**) aponta para uma *cadeia*, ou seja, para um movimento de um SN de uma posição de complemento do verbo para uma posição de núcleo da flexão. Em outras palavras: o verbo *encontrar* (27) exige um argumento interno de natureza pronominal 1S. No entanto, devido às características morfofonológicas e sintáticas da categoria 1S – clítico **me** – ocorre um tipo de incorporação de núcleo: “[...] o clítico vai se amalgamar ao conjunto morfológico verbo+flexão na posição I (núcleo de IP – sintagma flexional (SF)).”¹⁹

Logo, *SNs pronomes clíticos* ocasionam sensíveis modificações na estrutura sintática em que se inserem; encerramos esta subseção com as palavras de Miotto et al (2004)²⁰:

Não entremos aqui na formulação exata do que está acontecendo com estes elementos (pois este é um curso introdutório), que saem da posição de complemento de V, uma posição de projeção máxima, e chegam a uma posição de núcleo, como I (F(lexão)). Salientaremos somente que esta propriedade – a de começar a sua história como XP e de terminar como X – que torna os clíticos os elementos especiais que eles são, e que nos faz reservar tratamento especial e muita literatura para eles.

18. Miotto et al. (2004, p. 254, exemplo (7a), renumerado.)

19. Ibid. Os parênteses são nossos.

20. Ibid. Os parênteses são nossos.

Sobre *teoria do movimento*, ver sugestão de leitura em *leituras complementares* – capítulo 5 – ao final deste livro.

2.1.2. O Sintagma Nominal Maximamente Estendido

Lemle (1984: 97-99), Lobato (1986: 119-121) e Perini (1989: 155) descrevem um conjunto de categorias gramaticais que entram na composição sintagmática dos *nomes* possibilitando sua expansão. Logo, os autores (op. cit.) denominam de *SN maximamente estendido/ SN máximo/ SN expandido* o conjunto dessas categorias, mais a categoria *nome*.

Observe um exemplo de *SN expandido* oferecido por Perini (op. cit.)²¹:

(28) todos os meus muitos valentes amigos alagoanos

Em (28), percebe-se que, ao redor do núcleo [_{SN} *amigos*], agregam-se várias categorias de comportamento sintático diverso como apontadas em:

- (29) a. todos
b. os
c. meus
d. muitos
e. valentes
f. alagoanos

A afirmação de que os termos agregados ao redor do núcleo [_{SN} *amigos*] em (29) têm comportamento sintático diverso é ratificada pela distribuição desses elementos em torno do *nome*: a maioria apresenta uma posição rigidamente determinada dentro da sequência do SN. Perini (1984) nos fornece uma boa exemplificação²²:

- (30) a. *meus os amigos alagoanos
b. * os meus alagoanos amigos
c. * meus amigos alagoanos, etc.

21. Perini (1984, p. 148, dado (5), renumerado). O grifo é nosso.

22. Perini (1984: 148); dados (3)- (4), renumerados. Os grifos são nossos.

Por outro lado, em certos casos a transposição é possível, como em:

- (31) a. todos os meus amigos
 b. os meus amigos todos

Lemle (1984) cria um exemplo de SN maximamente estendido²³:

- (32) Todos aqueles meus outros dez primeiros estranhos poemas

O objetivo de Lemle (op. cit.) ao criar o SN *máximo* apontado em (32) é, segundo a autora, apresentar as sete posições pré-nominais possíveis de serem preenchidas, como se vêem abaixo:

(33)²⁴

1	2	3	4	5	6	7
TODOS	AQUELES	MEUS	OUTROS	DEZ	PRIMEIROS	ESTRANHOS POEMAS
ambos	este(s)	teu(s)	mesmo(s)	um	segundo(s)	
	esse	seu		dois	terceiro	
	o	nosso		.	.	
	um	vosso		.	.	
	algum			.	.	
	nenhum			vário		
	cada			diverso		
				muito		
				pouco		

Lemle (1998: 98) chama a atenção para a nomenclatura gramatical tradicional atribuída às categorias em (33), argumentando sobre sua inadequação. Segundo a autora (op. cit.) a gramática tradicional: (i) reúne sobre uma mesma nomenclatura categorias distribucionalmente distintas; (ii) separa em categorias distintas elementos distribucionalmente idênticos. Abaixo, em (34)-(35), resumimos a argumentação apresentada em Lemle (1984: 98):

(34) *Categorias distribucionalmente distintas tratadas pela mesma nomenclatura*

23. Lemle (1984: 98); exemplo (146). Dado renumerado e adaptado; o grifo é nosso.

24. Lemle (1984: 98; (146)).

Categorias que se distribuem por quatro posições em (33) – **1** (*todos*), **2** (*algum*), **4** (*outros*) e **5** (*vário*) – são todas chamadas de pronomes indefinido pelos gramáticos.

(35) *Categorias distribucionalmente idênticas tratadas por nomenclaturas distintas*

a. Na posição **2** em (33), ocorrem termos tradicionalmente classificados em três classes de palavras distintas, segundo a gramática tradicional: (i) artigos (*o, um*), (ii) pronomes demonstrativos (*aqueles, estes, esse*), (iii) pronomes indefinidos (*algum, nenhum, cada*).

b. Na posição **5** em (33), ocorrem termos tradicionalmente classificados em duas classes de palavras distintas, segundo a gramática tradicional: (i) numerais cardinais (*dez, um, dois*), pronomes indefinidos (*vário, diverso, muito, pouco*).

Chamamos a atenção do leitor para a nomenclatura pronomes indefinidos usada pela gramática tradicional e apontada em (34) e (35a-b) acima. Segundo a gramática tradicional:

Os pronomes indefinidos referem-se à terceira pessoa do discurso de forma vaga, imprecisa ou genérica. [...] formam um grupo bastante numeroso. Alguns são variáveis, outros, invariáveis.

Pasquale & Ulisses (2003: 288)

Atente que a definição acima não pode ser dita científica, pois não apresenta *caráter explícito*: é imprecisa e não coerente. Imprecisa, por apresentar expressões como *forma vaga, grupo bastante numeroso*. Não é coerente, pois não atenta para o caráter sintático (distribucional) desses elementos, como apontado em (34)-(35)²⁵.

Segundo Lemle (1984: 97-99), Lobato (1986: 119-121) e Perini (1989: 155), as diversas categorias que organizam o *SN estendido*, como visto em (33), podem ser categorizadas em três classes sintagmáticas:

(36) a. **Sintagma Adjetivo – SAdj:**

[...] as colunas de 3 a 7 do sintagma nominal [(em (33))]] são posicionalmente intercambiáveis com os adjetivos, tanto quanto antepostos, quanto quando pospostos ao nome. A conclusão a

25. Sobre o *Caráter Explícito da Linguística*, ver Capítulo 2, subseção (1.1).

que esta verificação nos leva é simplesmente a de que esses elementos devem ser considerados adjetivos. Como adjetivos podem vir numerosos deles enfileirados.

Lemle (1984)²⁶

b. Sintagma Quantificador – SQ:

[...]os elementos da coluna 1 [(em (33))], todos e ambos serão chamados de quantificadores.

Lemle (1984)²⁷

c. Sintagma Determinante – SD:

[...]os elementos da coluna 2 [(em (33))], ou seja, os artigos definidos, os artigos indefinidos, os demonstrativos e os indefinidos *nenhum, algum, certo e cada*. [...]

Lemle (1984)²⁸

Voltaremos aos elementos das colunas **1, 3-7**, em (33), em capítulos específicos. Neste capítulo, a categoria que enfocamos, relacionada ao chamado *SN estendido*, é o sintagma determinante – SD, expresso pelas palavras da **coluna 2** em (33).

2.2. O Sintagma Determinante

Na subseção (2.1.2.) tratamos do *SN estendido*, descrevendo categorias que se organizam em torno do núcleo *nome*: uma delas é o determinante. Nesta subseção, enfocamos o sintagma determinante – SD.

O SD é um sintagma projetado a partir do núcleo determinante. Em português, como visto em (36c), chamamos de *determinantes* as seguintes classes de palavras e itens lexicais:

(37) a. **artigos** – *o(s), a(s), um(uns), uma(s)*

26. Lemle (1984:99). Os parênteses são nossos; os grifos são nossos.

27. Ibid. Os parênteses são nossos; os grifos são nossos.

28. Ibid. Os parênteses são nossos; os grifos são nossos.

b. **pronomes demonstrativos adjetivos**²⁹ – *aquele(a)(s), esse(a)(s), estes(a)(s)*

c. **pronomes indefinidos adjetivos** – *nenhum, algum, certo e cada*.

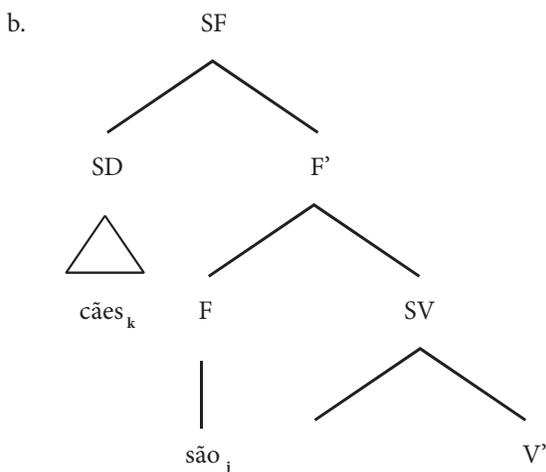
O SD é um sintagma de natureza funcional, diferentemente do SN, que é um sintagma lexical. Segundo Mioto et al. (2004)³⁰:

[...]O DP (SD) domina o NP (SN) atuando sobre ele de modo paralelo ao que faz o IP (SF) com o VP (SV): O DP constrói a referencialidade do NP (SN), conferindo-lhe estatuto de argumento. Esta é a razão pela qual chamamos os argumentos de DP (SD) em vez de NP (SN). A categoria lexical NP (SN) é dominada por uma categoria funcional DP (SD) de modo paralelo à categoria VP (SV), que é dominada por IP (SF). [...]

Em P&P, mesmo em SNs que são projeção de nomes nus, postula-se um determinante do tipo nulo.

Abaixo, apresentamos um SDs, inseridos dentro do esquema X-Barra³¹:

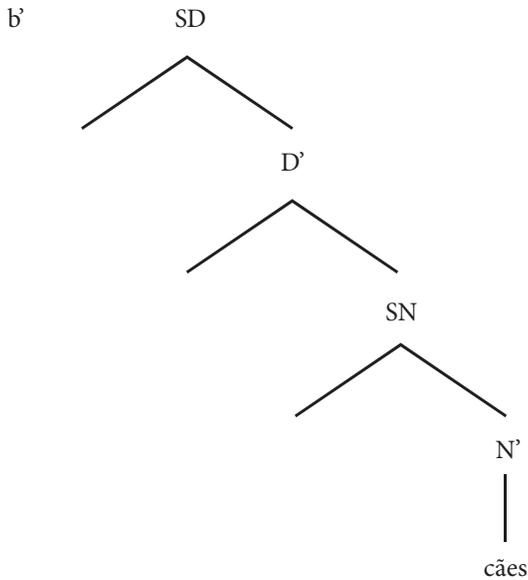
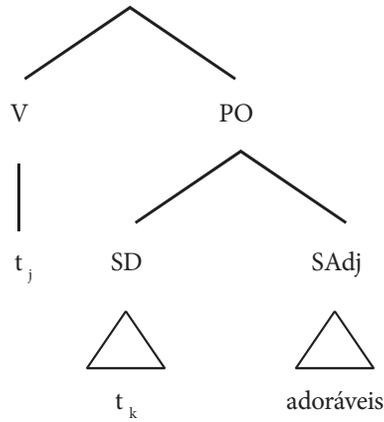
(38) a. Cães são adoráveis



29. São denominados pronomes demonstrativos/ indefinidos adjetivos os pronomes que acompanham um nome, como se vêem nos SDs: [_{SD} aquele **menino**]; [_{SD} certa **pessoa**] **ficou de me entregar o livro e não o fez**].

30. Mioto et al. (2004, p. 62). Os parênteses são nossos.

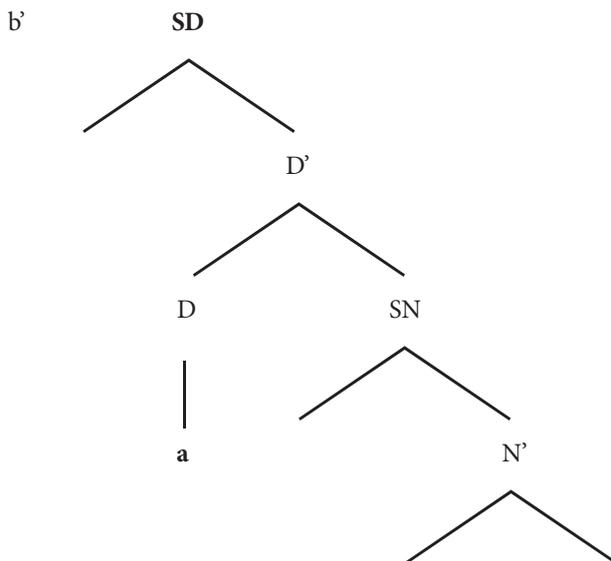
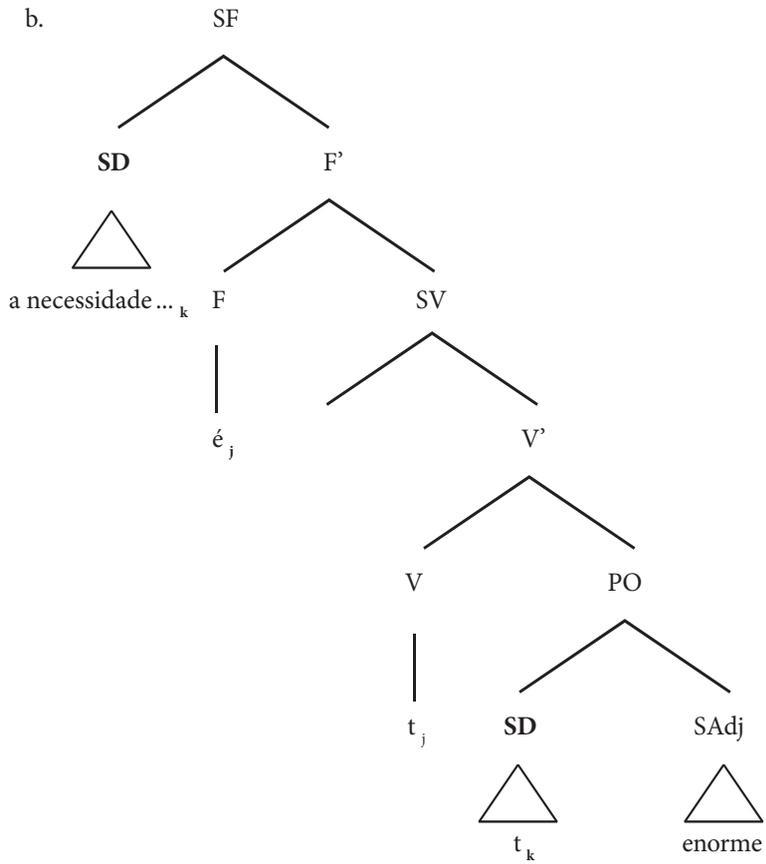
31. Sobre o esquema X-Barra, ver Capítulo 2, seção (3.2.)

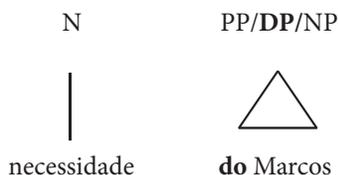


Oberve que *cães* em (38) é projetado como *nome nu* (*bare nouns*) – a ausência de determinante permite a leitura de genericidade do argumento ‘cães’. No entanto, seguindo a literatura em P&P, mesmo SN *nomes nus* são projetados pelo núcleo da categoria funcional determinante como desenvolvido em (38b’).

A seguir, apresentamos mais um exemplo da projeção SD/SN:

(39) a. **A** necessidade **do** Marcos é enorme





Em (39), o SN *necessidade* é projetado a partir do SD *a*; o SN *Marcos* é projetado a partir do SD *o*.

Na próxima seção, tratamos sobre as orações encaixadas (subordinadas) com valor de *nome*.

3. ORAÇÕES [+N]

Nesta seção tratamos brevemente de um conjunto de sentenças de valor [+N] que funciona como argumento de um núcleo sintagmático de uma oração matriz/ principal. Observe os exemplos abaixo:

(40) [*Helena disse [que enviou os documentos ontem]*]

Em (40), a sentença [*que enviou os documentos ontem*] funciona como *argumento interno* do verbo *disse* (sentença principal/ matriz), sendo o *objeto direto* da sentença matriz [*Helena disse*].

A tradição lusobrasileira denomina orações do tipo exemplificado em (40) de *orações subordinadas substantivas*; esta nomenclatura se dá porque essas orações têm uma distribuição aproximada da das expressões nominais³². Logo, neste livro, nos referimos a estas sentenças como orações [+N]³³.

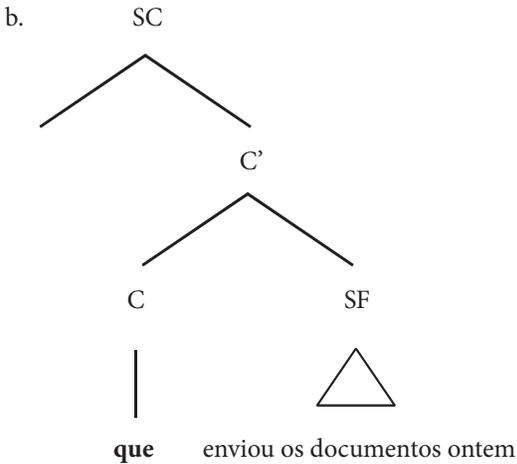
Orações [+N] ativam, em orações finitas, um sintagma de natureza funcional chamado de sintagma complementizador – SC/ CP.

O SC é uma projeção do núcleo C (complementizador). O *complementizador* é o marcador da subordinação oracional, que segue, como qualquer núcleo (lexical ou funcional), o esquema X-Barra como se vê abaixo, por meio do SC (35) [*Helena disse [que enviou os documentos ontem]*], renumerado:

32. Sobre orações *subordinadas substantivas* no português brasileiro, ver: Bechara (2006); Luft (2005); Neto & Infante (2003); Pasquale & Ulisses (2003). No português europeu, ver Duarte (2003c).

33. Bechara (2006: 464), denomina tais sentenças de: “*orações complexas de transposição substantiva*”.

(41)a. [...] [SC **que** [SF *enviou os documentos ontem*]]



Em português, **que** é o complementizador que introduz a maioria das sentenças [+N] finitas (com flexão verbal).

Nossa língua atesta, ainda, em orações finitas, o complementizador **se** que ocorre em construções em que o verbo da oração matriz seleciona: (i) sentenças interrogativas do tipo não-QU³⁴; (ii) sentenças que expressam dúvida (os verbos que as selecionam estão sob escopo da ‘Negação’) – cf. Duarte (2003c: 597).

Observe as orações [+N] a seguir, introduzidas por complementizador **se**:

Oração [+N] Pergunta Não-QU/ Pergunta Indireta

(42) a. Você sabe [_{SC} **se** ele vai viajar amanhã]?

b. Hellena me perguntou [_{SC} **se** está fazendo frio em Lisboa]

Oração [+N] que expressa dúvida (verbo da matriz sob escopo da ‘Negação’)

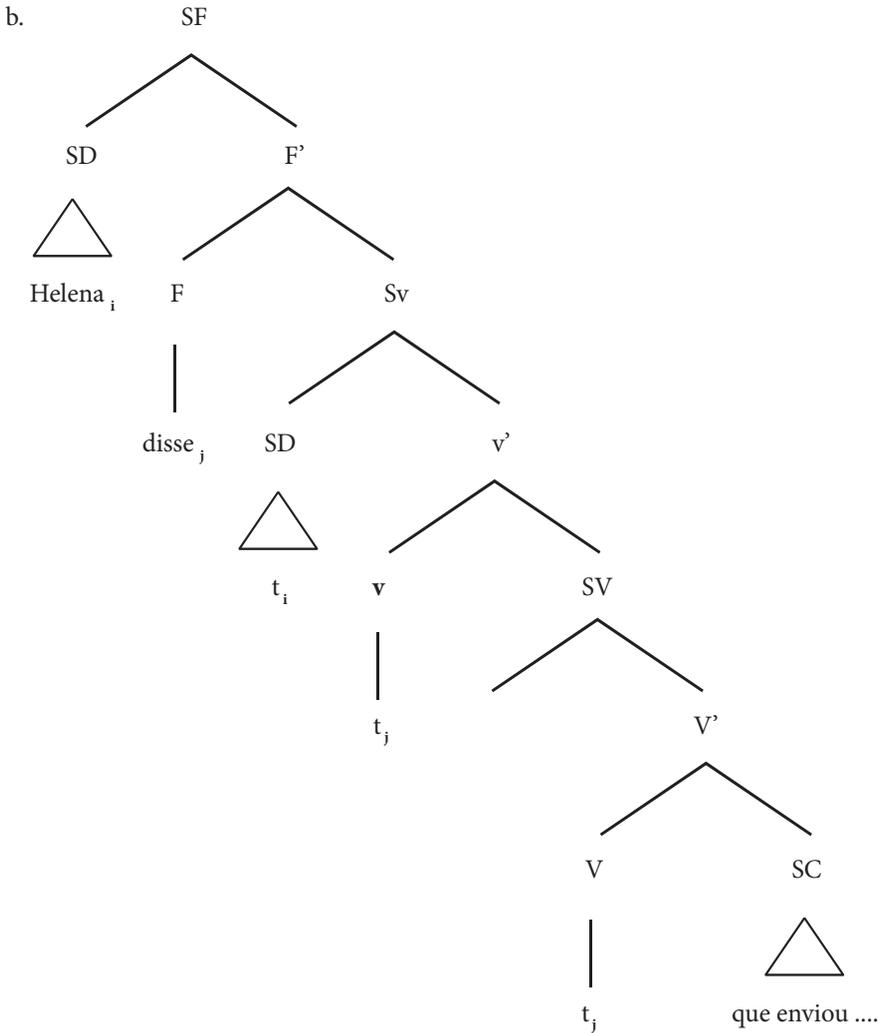
(43)a. Não sei [_{SC} **se** Fernando voltará para aquele país]

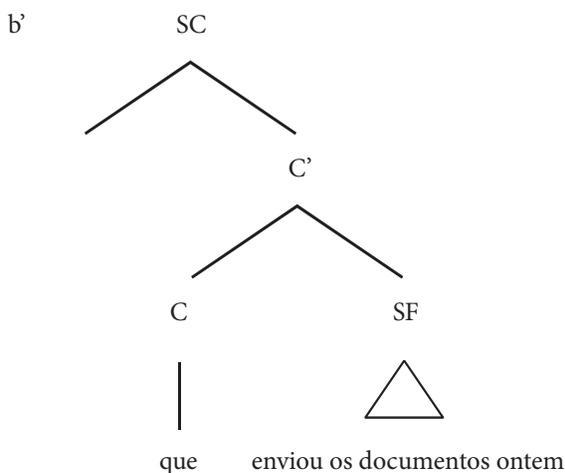
34. Sentenças [+N] do tipo QU não são introduzidas por complementizador como se vê em (i) “*Você sabe [quem vai viajar amanhã?]*?”. Perguntas e sentenças QU serão tratadas no capítulo 8.

Que/se, introduzindo orações [+N], são, tradicionalmente, denominados de *conjunção integrante*. Ver (Bechara 2006: 463).

Sentenças [+N] podem ter a função de *complemento de verbos transitivos* como se vê por meio do esquema X-Barra da oração (40), renumerada em:

(44) a. [_{SF} Helena disse [_{SC} que [_{SF} enviou os documentos ontem]]]





Observe que, em (44):

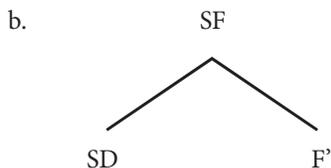
(a) a sentença [_{SC} *que enviou os documentos ontem*] é gerada como argumento interno do verbo leve *dizer* (que é parte da sentença matriz/principal);

(b) a sentença [_{SC} *que enviou os documentos ontem*] recebe *Caso acusativo* do verbo leve *dizer* (da sentença matriz); logo, essa sentença funciona como objeto da sentença matriz [*Helena disse*]³⁵;

(c) a sentença [_{SC} *que enviou os documentos ontem*] é denominada, em nossa tradição gramatical, de oração *subordinada substantiva objetiva direta*³⁶.

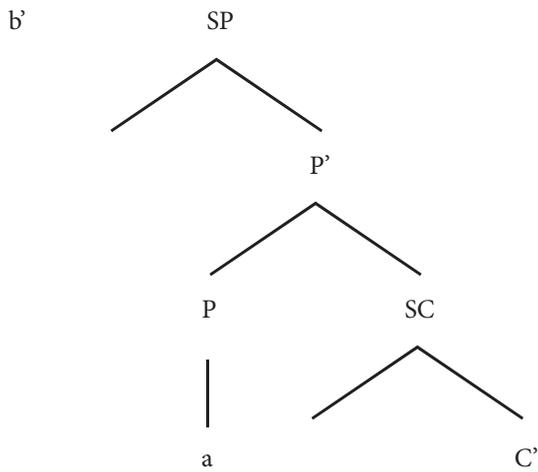
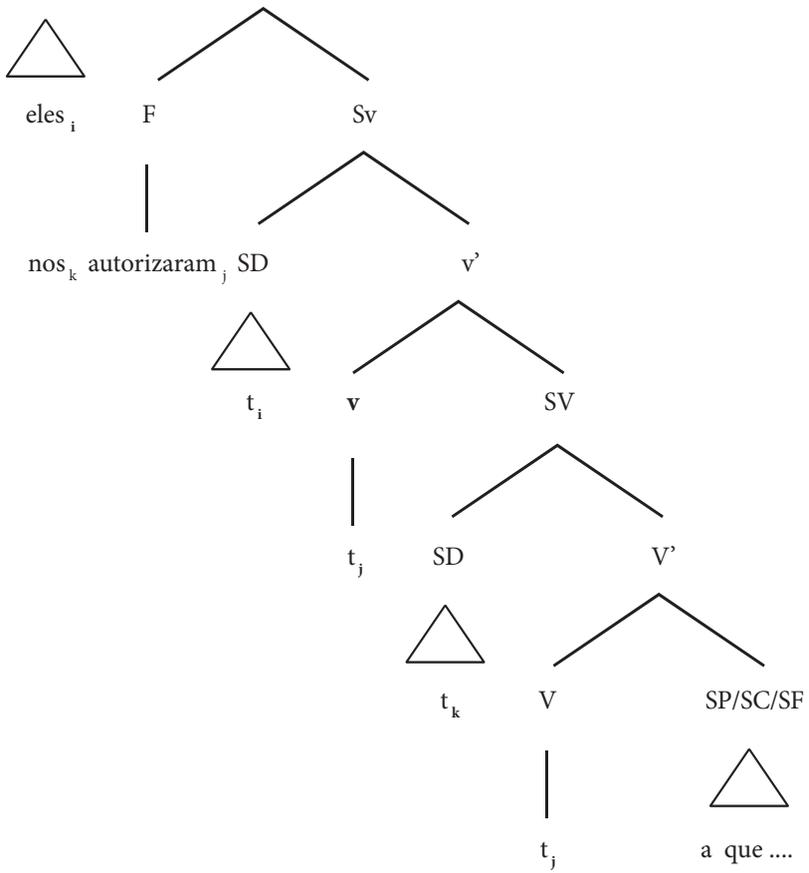
Sentenças [+N] podem ter a função de *complemento de verbos bitransitivos*, funcionando como o objeto indireto do verbo da matriz. Veja o esquema X-Barra da oração a seguir:

(45) a. [Eles nos autorizaram [_{SP} a [_{SC} que [_{SF} consultássemos aqueles livros]]]]



35. Sobre *Caso (abstrato) Acusativo* ver capítulo 3, subseção (2.2.2.).

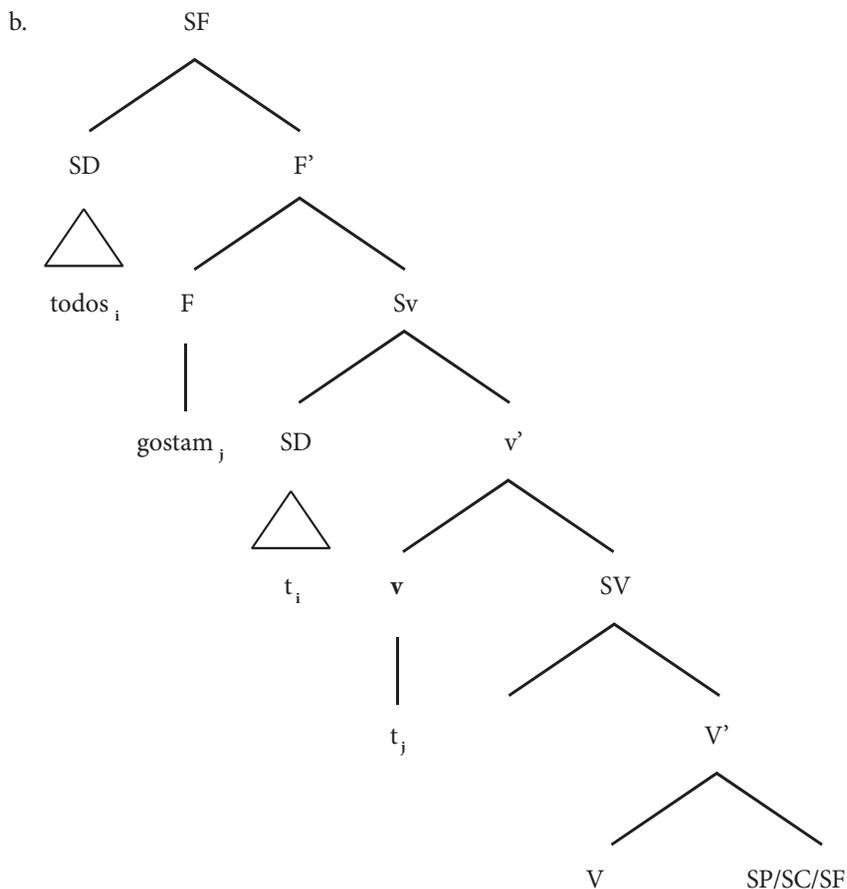
36. Ver Nicola & Infante (1997: 314); Luft (2005: 112); Neto & Infante (2003: 405); Pasqualle & Ulisses (2003: 406).



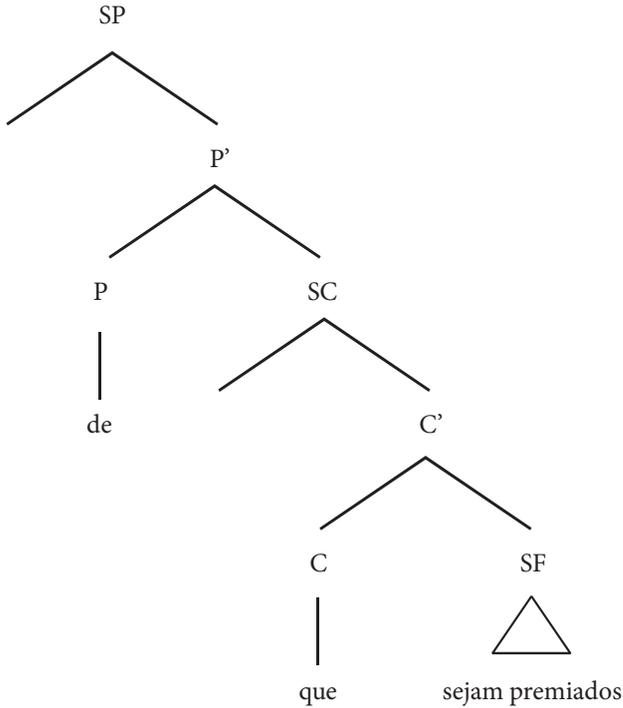
nos autorizaram [_{SP} *a* [_{SC} *que* [_{SF} *consultássemos aqueles livros*]]]], seria proferida, como: [*Eles nos autorizaram* [_{SP} *pra* [_{SC} *que* [_{SF} *nós consultássemos aqueles livros*]]]]. A sentença em (45), introduzida por preposição *a* ‘dativa’ é um exemplo do português brasileiro culto ‘escrito’ e não falado.

Sentenças [+N] podem ter a função de *complemento de verbos transitivos que selecionam complemento preposicionado do tipo ‘complemento oblíquo’*. Veja o esquema X-Barra da oração a seguir³⁸:

(46) a. [*Todos gostam* [_{SP} *de* [_{SC} *que* [_{SF} *sejam premiados*]]]]



38. Bechara (2006: 464, exemplo (c), renumerado); o gráfico, em (46b), é nosso.



Observamos, em (46), que:

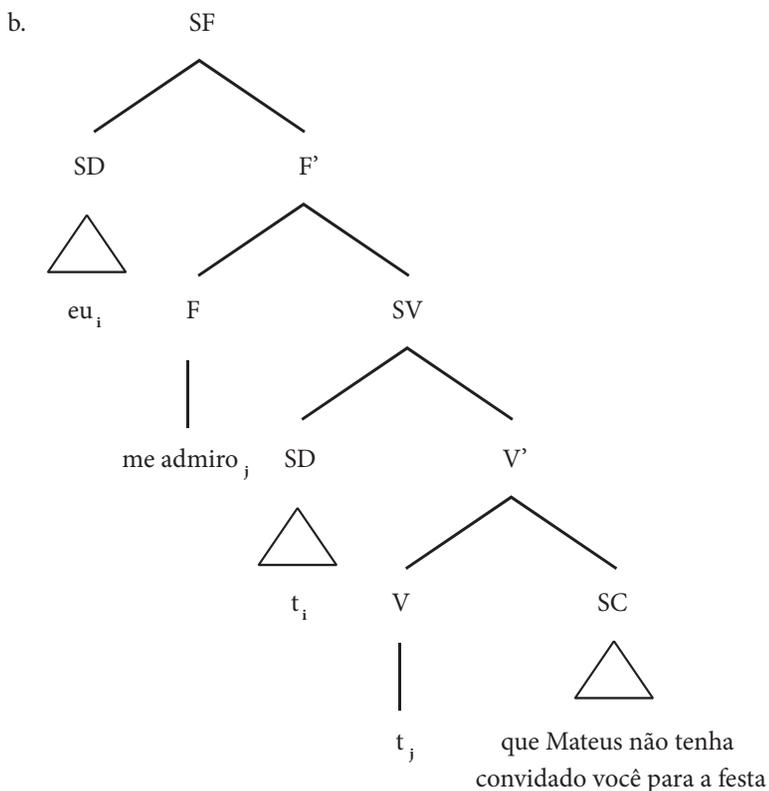
- (a) a sentença [_{SP} **de** [_{SC} **que sejam premiados**]] é gerada como *argumento interno preposicionado* do verbo leve *gostar* (da sentença matriz);
- (b) a sentença [_{SP} **de** [_{SC} **que sejam premiados**]] recebe *Caso oblíquo* da preposição **de** e funciona como *complemento relativo* da sentença matriz [*todos gostam*].

Note que verbos transitivos como *gostar* (46) (e outros regidos por preposição como **de**) é considerado em muitas gramáticas normativas como *verbo transitivo indireto*; logo o complemento de verbos como *gostar* (46) é dito *objeto indireto* – cf Pasquale & Ulisses (2003: 407). Neste livro, seguimos a proposta que se vê em Be-

chara (2006: 464) de distinguir *complemento relativo* de *objeto indireto*. Chamamos de objeto indireto ao complemento preposicionado (incluindo o complemento oracional) em construções bitransitivas, que atestam os traços semânticos ‘Alvo/Meta’ ou ‘Fonte’ – ver capítulo 4. O complemento preposicionado sentencial [_{SP} *de* [_{SC} *que sejam premiados*] (46) não atesta nenhum dos dois papéis temáticos previstos para objeto indireto: ‘Alvo/Meta’ ou ‘Fonte’.

Sentenças [+N] podem ser complemento de verbos psicológicos como se vê por meio do esquema X-Barra da oração em:

(47) a. [Eu me admiro [_{SC} que [_{SF} Mateus não tenha convidado você pra festa]]]]



Em (47), observamos que:

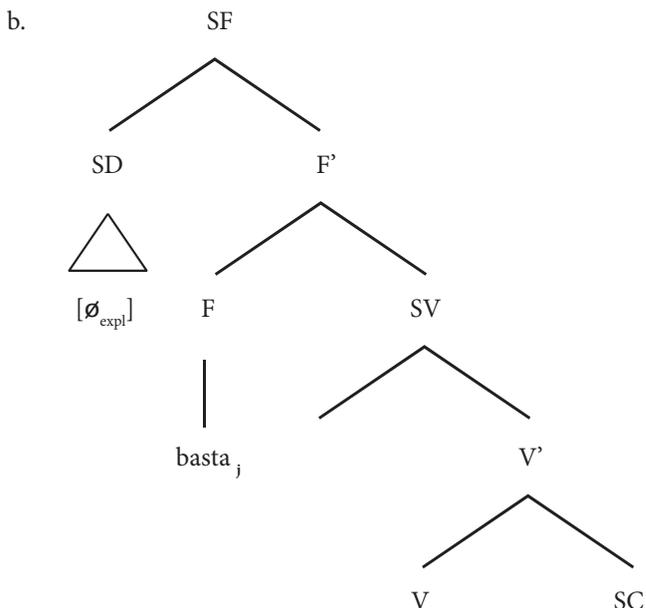
(a) a sentença [_{SC} que [_{SF} Mateus não tenha convidado você pra festa]] é gerada como um dos dois argumentos internos do verbo psicológico *se admirar* (um verbo pronominal). Verbos psicológicos não projetam argumentos externos ‘Agente’ e por esta razão sua projeção estrutural difere-se da projeção estrutural de verbos transitivos;

(b) quando dizemos que o verbo *se admirar* projeta dois argumentos internos, dizemos que esses argumentos são projetados em SV; logo, o argumento SD *eu* é o outro argumento interno do verbo *se admirar*.

Alguns exemplos de verbos psicológicos que podem exibir uma sentença [+N] como complemento, como se vê em (47), são: *aborrecer, agradecer, admirar, afligir, alegrar, assustar, aterrorizar, cansar, comover, contrariar, desagradar, descontentar, entristecer, espantar, incomodar, inquietar, irritar, impressionar, interessar, ofender, perturbar, preocupar, surpreender* – cf. Duarte (2003(c): 601; 607).

Orações [+N] podem funcionar como complemento de um verbo inacusativo, como exemplificamos em:

(48) a. [Basta [_{SC} que [_{SF} você comunique seu e-mail pra eles]]]





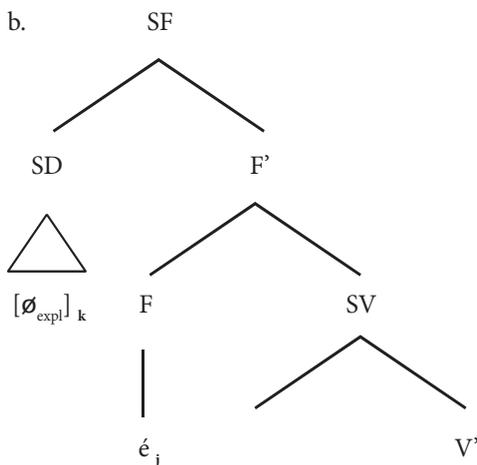
Em (48), observa-se que:

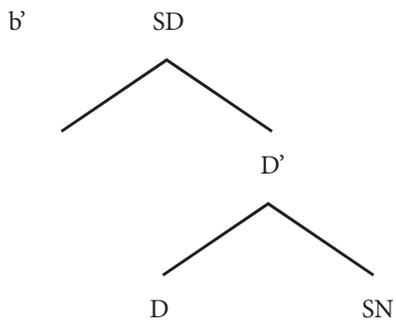
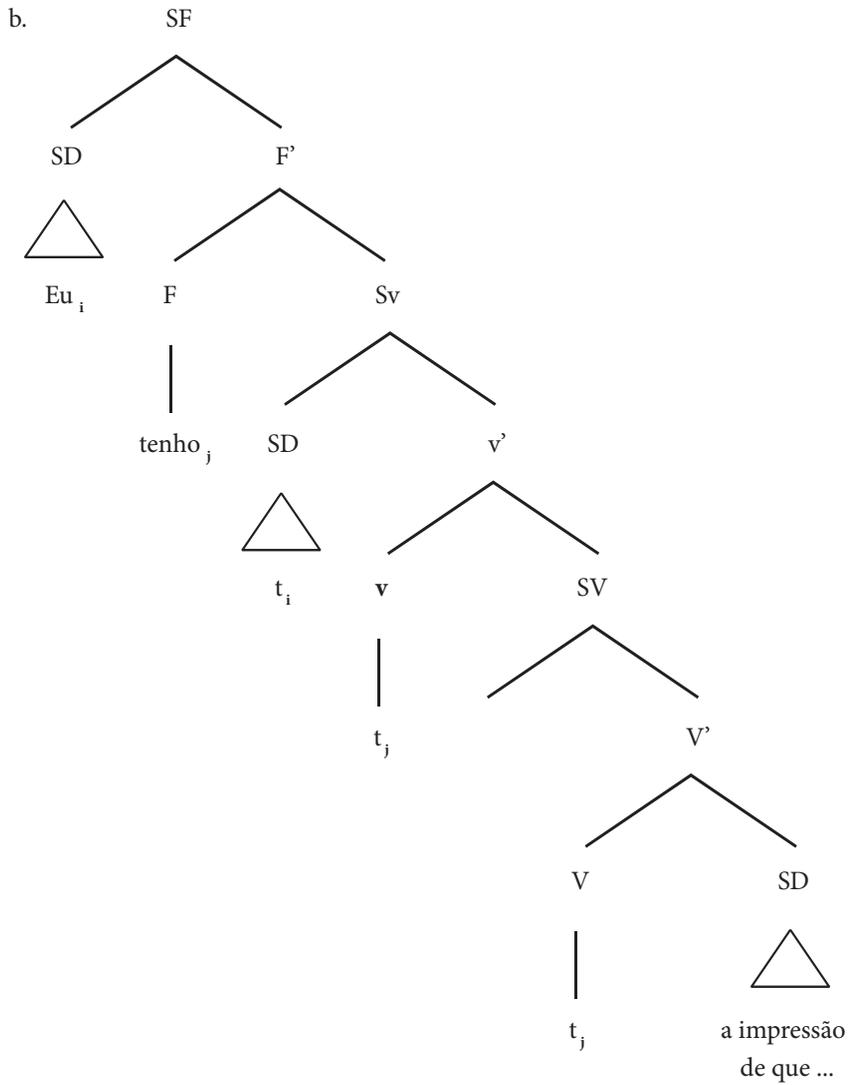
(a) o verbo *bastar* – oração principal – é um verbo do tipo monoargumental que seleciona apenas um argumento – não ‘Agente’; esse argumento é interno. Portanto, *bastar* é um verbo inacusativo;

(b) o argumento interno do verbo *bastar* é a sentença [+N] [_{SC} que [_{SF} você comunique seu e-mail pra eles]] que não recebe marcação de Caso acusativo desse verbo. Logo, a sentença [+N], em (48), não pode ser considerada como objeto direto sentencial como se afirma em algumas gramáticas da língua.

Verbos inacusativos do tipo ‘copulativos’ podem ainda selecionar orações [+N]. Essas orações são organizadas estruturalmente como um dos sintagmas que compõem uma projeção do tipo *pequena oração* (PO). A seguir, vejamos um exemplo de sentença [+N] projetada em uma PO:

(49) a. [É certo [_{SC} que [_{SF} todos os alunos aplicados serão aprovados]]]]





Ainda, neste capítulo, apresentamos uma rápida descrição das sentenças complexas em português com valor [+N]. Propusemos, de modo geral, que tais sentenças funcionam como argumentos de verbos de mais de um lugar e de verbos inacusativos (de um lugar); essas sentenças podem também ser selecionadas por nomes, funcionando, portanto, como seus complementos.

No próximo capítulo, descrevemos com mais detalhes sobre a categoria sintagmática adjetivo.